



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1626643 - SP (2019/0359912-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADOS : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES E OUTRO(S) - MG076696

FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730

AGRAVANTE : GABRIEL RODRIGUES DE ALCANTARA SILVA

ADVOGADOS : RENATA VILHENA SILVA - SP147954

RAFAEL ROBBA E OUTRO(S) - SP274389

AGRAVADO : OS MESMOS

AGRAVADO : CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL

ADVOGADOS : MARCIO ANTONIO EBRAM VILELA - SP112922

MARIO ARTHUR AZUAGA MORAES BUENO E OUTRO(S) - SP135628

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE.

1. Ausentes os vícios do art. 1022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e desprovido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por GABRIEL RODRIGUES DE ALCANTARA SILVA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 16/09/2019.

Concluso ao gabinete em: 17/03/2020.

Ação: cominatória ajuizada pelo agravante em face de UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL visando a cobertura de tratamento oncológico realizado no Hospital Sírio Libanês.

Sentença: julgou parcialmente procedente a demanda para condenar as agravadas a autorizarem o tratamento do autor no Hospital Sírio Libanês, condenar a UNIMED BH a custear as despesas médicas, a exceção de honorários de médico não credenciado, cujo reembolso deverá ser realizado na forma do contrato.

Acórdão: negou provimento aos recursos de ambas as partes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. DIALETICIDADE. Ocorrência. Razões recursais que impugnam especificamente os fundamentos do decisorio. CERCEAMENTO DE DEFESA. Inocorrência. Desnecessidade de produção de outras provas. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. Diagnóstico de neoplasia rara. Recomendação de tratamento com Pazopanibe (Votrient). Recusa de cobertura sob o argumento de que se trata de uso off label. Descabimento. Medicação aprovada pela ANVISA. Casuística que não se subsume à tese firmada pelo STJ sob o rito dos recursos repetitivos. Abusividade caracterizada. COBERTURA DE DESPESAS HOSPITALARES. Tratamento realizado em hospital da rede credenciada da Central Nacional Unimed, que se trata do mesmo grupo econômico da Unimed BH. Relação consumerista. Internação eletiva e demais serviços utilizados que estão previstos dentre os serviços a serem prestados, com exceção dos honorários médicos. Sentença mantida. HONORÁRIOS RECURSAIS. Cabimento. RECURSOS DESPROVIDOS.

Embargos de Declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 1.022 do CPC, 14 e 21 do CDC e 12 e 36 da Lei 9.656/98, bem como dissídio jurisprudencial. Além de omissão quanto ao direito de reparação integral dos valores despendidos e contradição nos acórdãos recorrido e embargado, sustenta que ante o reconhecimento da falha na prestação de serviço, deveria ser conferido ao agravante o direito à reparação integral, inclusive quanto aos honorários médicos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da impossibilidade de indenizar o valor relativo aos gastos com honorários médicos em virtude de ser expressa previsão contratual de que os honorários despendidos no Hospital Sírio Libanês não estavam cobertos, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Do mesmo modo, quanto à alegada contradição, não se verifica a presença do referido vício, uma vez que não se verifica no acórdão recorrido, a presença de proposições inconciliáveis entre si, estando claro o julgado quanto à restrição de cobertura contratual quanto aos honorários médicos dos profissionais do Hospital Sírio Libanês.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 12 e 36 da Lei 9.656/98, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 14 e 20 do CDC, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/SP de que a não cobertura dos honorários médicos de profissional do Hospital Sírio Libanês deveu-se à previsão expressa de exclusão da cobertura da remuneração dos profissionais daquele hospital, razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, os arts. 14 e 20 do CDC, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGOU-LHE

PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente para R\$ 6.000,00.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora